



CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

Artigo n.º 20.º, n.º 1, alínea a) do CCP

PROCESSO DE AQUISIÇÃO N.º 102/2025– CPI/DASR

RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

PREÇO BASE

267.000,00 EUROS

(IVA nos termos do disposto no código do imposto sobre o valor acrescentado, em vigor)

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO, APROVADO PELO ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40.º N.º 2 DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS.



Artigo 1º | **Objeto do concurso**

O presente concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e 20.º, n.º 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP), tem por objeto, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte III do caderno de encargos, na prestação de serviços de "Recolha e transporte de efluentes domésticos no Concelho da Marinha Grande".

Artigo 2º | **Entidade pública contratante**

1. A entidade pública contratante é o Município da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande, com telefone n.º 244573300 e com email compras@cm-mgrande.pt.
2. O órgão que tomou a decisão de contratar foi a Câmara Municipal da Marinha Grande.

Artigo 3º | **Concorrentes**

1. Podem apresentar propostas as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º, do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato.

Artigo 4º | **Critério de adjudicação**

- 1 - A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, designadamente o mais baixo preço, de acordo com o artigo 74.º, n.º 1, alínea b), do CCP.
- 2 - A decisão de não contratação por lotes foi fundamentada pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 46.º-A do CCP, fundamentada no facto das prestações objeto do contrato serem funcionalmente incindíveis, promovendo a funcionalidade, eficiência e operacionalidade dos recursos necessários à execução do contrato.

Artigo 5º | **Condições de pagamento**

Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.

Secção I - Propostas

Artigo 6º | **Apresentação e abertura de propostas**

- 1 - As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica identificada no artigo 7.º, até às 23:59 horas do 15.º dia a contar da data de envio do anúncio ao serviço de publicações oficiais da União Europeia, nos termos do disposto no n.ºs 1 e 3 do artigo 136.º do CCP.
- 2 - As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentadas diretamente em plataforma eletrónica, www.acingov.pt, nos termos do artigo 62.º, do CCP e da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.
- 3 - A data-limite fixada no n.º 1 pode, a pedido de qualquer interessado e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo considerado adequado, sem prejuízo do disposto no artigo 64.º, n.ºs 1 e 2, do CCP.
- 4 - A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.



5 – O júri procede à elaboração da lista de concorrentes e à abertura das propostas às 09h00 do dia útil seguinte à data-limite para entrega das propostas.

Artigo 7º | **Fornecimento das peças do procedimento**

1 – As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública, adiante designada apenas por plataforma, disponível em <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, sem qualquer custo.

2 – O processo encontra-se também patente na Divisão de Contratação Pública, da Câmara Municipal da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, 2430-522, Marinha Grande, onde pode ser examinado todos os dias úteis das 09:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h.

Artigo 8º | **Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento**

1 – Os esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento regem-se pelo disposto no artigo 50.º do CCP.

2 – Por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar o júri é competente para a prestação dos esclarecimentos.

Artigo 9º | **Proposta**

1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), nos termos do ficheiro XML, disponibilizado na plataforma da acingov;
 - b) Proposta de Preço;
 - c) Deve ser junto à proposta a Certidão do registo comercial (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
3. O preço da proposta é indicado em algarismos, **com o máximo de duas casas decimais**, IVA nos termos do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado em vigor.
4. A proposta deve mencionar qual a taxa legal aplicável aos bens objeto do contrato.
5. Os documentos que constituem a proposta, submetidos na plataforma eletrónica (<http://www.acingov.pt>), são obrigatoriamente redigidos em português e têm de ser assinados mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º e 68.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto. No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o concorrente é obrigatória a apresentação de documento comprovativo de poderes de representação.
6. No caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, neste caso devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
7. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.



8. Não são admitidas propostas relativas a parte dos fornecimentos ou serviços que se pretende contratualizar.
9. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10º | **Propostas com variantes**

1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
2. Para efeitos do presente concurso, proposta com variantes é aquela que relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

Secção II - Adjudicação

Artigo 11º | **Escolha do adjudicatário**

Depois de cumpridas as formalidades previstas no CCP, a entidade, através do órgão competente para autorizar a despesa, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, escolhe o adjudicatário.

Artigo 12º | **Notificação da adjudicação**

- 1 – Nos cinco dias úteis posteriores à respetiva decisão de adjudicação referida no artigo anterior, todos os concorrentes são notificados do ato de adjudicação, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.
- 2 – O prazo de suspensão para a outorga do contrato, preceituado na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º, por remissão do disposto no n.º 1 do artigo 77.º, ambos do CCP, é no mínimo de 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes.

Artigo 13º | **Caducidade da adjudicação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário, não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado neste programa de procedimento;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8, do artigo 81º, do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Nos casos previstos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Constituem também causas de caducidade da adjudicação as indicadas no artigo 87.º-A e no artigo 91.º, n.º 1, ambos do CCP.

Artigo 14º | **Causas de não adjudicação**

Não há lugar à adjudicação nas hipóteses enumeradas no artigo 79º, n.º 1, do CCP.



Secção III - Contrato

Artigo 15º | Documentos de habilitação e outros

1. A decisão de adjudicação é comunicada juntamente com o relatório final, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>
2. O adjudicatário deve entregar os seguintes documentos no prazo de três dias úteis, contados da data de notificação da adjudicação:
 - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Declaração de Situação regularizada referente a contribuições para a Segurança Social;
 - c) Declaração de Situação regularizada referente a impostos devidos ao Estado Português;
 - d) Certificado de Registo Criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - e) Certidão/Código do Registo Comercial, com as inscrições em vigor;
 - f) Documento comprovativo de detenção de licença de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem emitido pelo IMT.
3. A apresentação dos documentos de habilitação rege-se pelo disposto nos artigos 81º e seguintes, do CCP.
4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
5. As irregularidades detetadas nos documentos de habilitação devem ser supridas no prazo adicional de dois dias úteis, a contar da respetiva notificação, sob pena de a adjudicação caducar.
6. O órgão que tomou a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.
7. O adjudicatário, juntamente com os documentos de habilitação, deve proceder à entrega do comprovativo ou código de acesso ao registo de beneficiário efetivo (RCBE) e respetivas atualizações, nos termos da Lei n.º 58/2020 de 31 de agosto.
8. A falta de apresentação do Documento comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) impede a celebração de qualquer contrato objeto do presente procedimento, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º do RCBE. Pelo que, o incumprimento de tal obrigação determinará a caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 16º | Aceitação da minuta do contrato

1. Depois de aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, a minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não exista reclamação nos cinco dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 17º | Reclamações contra a minuta

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato.



2. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 18º | **Outorga do contrato escrito**

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos do artigo 104º, n.º 1, do CCP.
2. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias úteis, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade jurídica prevista neste Programa de Procedimento.
4. Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no n.º 1, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta.

Secção IV - Disposições finais

Artigo 19º | **Falsidade de documentos e de declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no artigo 86º, n.º 3 e 4, do CCP.

Artigo 20º | **Caução para garantir o cumprimento de obrigações**

Não é exigida a apresentação de caução, nos termos do artigo 88º, n.º 2, alínea a) do CCP.

Artigo 21º | **Revogação da decisão de contratar**

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode revogar essa decisão, entre o início do procedimento e o termo do prazo de apresentação das propostas, quando:
 - a) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - b) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.

Artigo 22º | **Preço base**

O preço total máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela totalidade do objeto do contrato é 267.000,00 euros, IVA nos termos do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, em vigor, fundamentado com base em orçamentos que poderão ser consultados pelos concorrentes após o término da data de entrega das propostas.



Artigo 23º | **Critério de desempate**

1. Em caso de empate entre o preço apresentado por duas ou mais propostas, o desempate será realizado através da aplicação do sorteio, realizado pelo júri, que obedecerá à seguinte metodologia:

1º Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para efeito de estabelecer a ordenação da retirada da bola, pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;

2º A cor das bolas significará a seguinte ordenação:

1ª Posição: Bola branca;

2ª Posição: Bola preta;

3ª Posição: Bola vermelha;

4ª Posição: Bola verde.

Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

Artigo 24º | **Encargos dos concorrentes**

Constituem encargos dos concorrentes todas as despesas inerentes à elaboração das propostas.

Artigo 25º | **Comunicações e notificações**

As notificações previstas no Código dos Contratos Públicos no desenrolar do presente procedimento serão efetuadas nos termos do artigo 13.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 26º | **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e respetiva regulamentação.



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)]os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º